

Em lugar de temor, conscientização

Sônia Bastos Borba Costa

O receio que se experimenta diante do uso indiscriminado de palavras estrangeiras no dia-a-dia nacional, motivador do Projeto de Lei 1676/99, do deputado Aldo Rebelo, não causa preocupação do ponto de vista dos estudos lingüísticos. Tem sido demonstrado que isto não representa risco para a continuidade da língua ou comprometimento para a sua estrutura.

A estrutura de uma língua se constitui de elementos básicos, como seus sons fundamentais, suas flexões e sua organização sintática, refletindo-se em fenômenos como: a ordem da frase no português prefere o adjetivo depois do substantivo, enquanto no inglês é o contrário; o português tem artigos, o latim não os tinha; o português, o francês e outras línguas concordam o adjetivo e o artigo com o substantivo e o inglês, não; as desinências verbais são ricas nas línguas românicas e quase inexistentes no inglês, enquanto essa língua explora mais os verbos auxiliares; o russo tem dois termos diferentes para denominar o azul claro e o azul escuro; o alemão, em parte como o latim, tem flexões de caso, ou seja, flexões que indicam as funções sintáticas, o português, não; algumas línguas têm duas formas diferentes da palavra para expressar o plural: uma para o dual, outra para referir mais de dois elementos; e assim por diante.

Em geral e como não poderia deixar de ser, as línguas incorporam palavras de outras, em consequência de circunstâncias sócio-históricas, ou seja, se as culturas dos povos que as falam entram em contato. A língua portuguesa já incorporou, pelo menos, palavras do grego (sobretudo através do latim); de línguas pré-romanas da Península Ibérica; de línguas germânicas; do árabe; do castelhano; do provençal; de línguas africanas e ameríndias, como consequência natural da sua história. Incorporou, mais recentemente, palavras do italiano, do francês, do inglês, entre outras. O português do Brasil naturalmente incorporou mais elementos africanos e ameríndios que o português europeu. Muitas vezes essas palavras representam modismos e são descartadas com o tempo. Outras são incorporadas. Qual o falante não especializado que reconhece a origem não-latina de palavras como abóbora, cama, camisa, gato, igreja, tio, agasalho, guerra, viagem, refrão, moreno, pandeiro, batuque, samba, azul, chá, alfazema, algodão, cacau, chapéu, hotel, piano, maestro, pitanga, aratu, clube, bife e inclusive o termo palavra? Os estudiosos sabem que quando as palavras estrangeiras perduram, os falantes, naturalmente, as adaptam ao sistema de sons, de flexões, da sintaxe da língua materna: como dizemos, leigamente, nós as “aportuguesamos” na fala, ainda que não lhes tenhamos atribuído forma escrita “aportuguesada”. Isso é uma espécie de defesa natural da língua - imanente e inconsciente - que lhe permite manter sua estrutura. Portanto, do ponto de vista científico, nada há a temer, nenhum lingüista se preocupa muito com isso.

Aliás a preocupação com a “preservação” da língua portuguesa face a outras não é nova em absoluto. Nos idos do século XV, D. Duarte, rei de Portugal, um intelectual, argumentava em favor do uso de palavras da língua portuguesa preferencialmente a termos latinos: “nom ponha pallavras latinadas ou de outra lynguagem; mas todo em nossa lynguagem scripto, mais achegadamente geeral ao bom custume de nosso fallar que se poder fazer”(1). No século XVI, primeiro momento de preocupação com a fixação de uma norma lingüística para o português e no âmbito de uma sociedade renascentista, fascinada pelos modelos da Grécia e de Roma, ia-se buscar nos escritores clássicos a forma latina da palavra para substituir a forma em uso, vernácula. Ao lado dos cultores desses latinismos, outros defendiam formas vernáculas como senço, segre, frol, goria, que concorriam com silêncio, século, flor, glória, formas calcadas no latim clássico, apropriadas pelos eruditos. Àquela época também cumpria a alguns, como Pero de Magalhães Gândavo, no seu Diálogo em defesa da língua portuguesa, combater a invasão de castelhanismos, decorrente do prestígio intelectual de Castela que, como sabemos, foi responsável pela produção bilíngüe de muitos dos nossos mais prestigiados escritores, como Gil Vicente e o próprio Camões.

Ainda no século XVI, João de Barros, primeiro gramático normativista do português, que defendia o ensino em língua portuguesa e não em latim, tinha uma visão bem imperialista da utilização do português por povos dominados, de que resultaria, segundo ele, o seu engrandecimento: “Certo é que nam há i glória que se possa comparár a quando os mininos etiopas, persianos, indos, d’aquém e d’além do Gange, em suas próprias térras, na força de seus templos e pagódes, onde nunca se ouviu o nome romano, per ésta nóssa árte aprenderem a nóssa linguagem, com que póssam ser doutrinádos em os preceitos da nossa fé, que néla vam escritos”(2). Ao mesmo tempo, chancela curiosamente a apropriação de termos de línguas dos povos colonizados como prova de havê-los subjugado: “cá é sinal de ser vencedor e nam vencido”(3).

Mais próximo de nós, por volta de 1920, era o francês, língua de alto prestígio entre nossos intelectuais que, para alguns, representava ameaça. Assim, Laudelino Freire constata: “Forma o Brasil a sua cultura no trato contínuo dos livros franceses. É a literatura da França o húmus da nossa nutrição intelectual. Daí a conseqüência de ficarmos com o jeito, estilo, sintaxe e contextura do período daquela língua, os quais não conformam com o gênio e a índole da nossa”(4). E, para exemplificar o objeto dos seus temores, apresenta este curioso trecho publicado na imprensa da época, no qual o francês e o inglês se conjuminam no ‘ataque’ à língua portuguesa: “S. Exa., o Sr. F., attaché da Legação de..., delicioso causeur, gentleman finíssimo, e sportman enragé, acaba de demenagear de sua ‘vila’ Beau Rivage para um bungalow’s...”(5)

Já o nacionalismo romântico brasileiro, revivido, embora diversamente, pelos modernistas, contribuíra nessa “guerra santa”: daquela vez (vejam só!) contra o português lusitano que, na visão de muitos, mantinha-se como instrumento colonizador, impondo-nos seus modos de expressão. Observem-se, para ilustrar, manifestações de José de Alencar e de Mário de Andrade:

“Nós, os escritores nacionais, se quisermos ser entendidos de nosso povo, havemos de falar-lhe em sua língua, com termos ou locuções que ele entende e que lhe traduz os usos e sentimentos”(6).

“Pouco me incomoda agora que eu esteja escrevendo igualzinho ou não com Portugal: o que eu escrevo é língua brasileira pelo simples fato de ser a minha língua...”(7)

Atualmente é o inglês americano que encarna o perigo, desta vez auxiliado pela força avassaladora dos meios de comunicação, agente poderoso e insidioso, medusa de muitas e sempre renovadas cabeças. E, embora não tão radicalmente como queria fazer com o tupi o Policarpo Quaresma, há a idéia de controlar, quando não derrotar o inimigo por força de lei. Ora, o fenômeno lingüístico, como qualquer fenômeno cultural, comportamental, é, por natureza, refratário a leis. Assim, é fundada a desconfiança de que a lei, se aprovada, possa cair no vazio, como aconteceu à lei municipal nº. 4330/91, de autoria do então vereador Antônio Robespierre, que visava a regulamentar a denominação de edificações em Salvador. Outra hipótese (menos provável) é que produza uma onda de xenofobia, a todos os pretextos odiosa e, no particular, artificial, porque a nossa verdadeira e lamentável submissão a valores estrangeiros não se funda certamente na língua, que é apenas um reflexo. Em suma, correríamos o risco de substituir a onda de anglicismos pela obsessão por palavras portuguesas a qualquer custo, até do bom-senso, criando monstregos vocabulares, como o sempre lembrado termo ludopédio sugerido no início do século XX para substituir futebol.

Mas, sem dúvida, a par da sensação de que todas as batalhas anteriores pareçam ter sido infrutíferas, visto que grande parte das palavras combatidas incorporaram-se e hoje não parecem agredir ao mais empedernido lusitanista (e nem por isso o português desapareceu), há alguns aspectos a considerar no âmbito do que chamaríamos uma atitude ponderada e atualizada de política lingüística.

É verdade que há casos em que a palavra estrangeira preenche, sem agressão, um vazio, porque não temos (ou não tínhamos) o termo correspondente. Este parece ser o caso de know-how, sanduíche ou surf. Mas é no mínimo irritante que estejamos abusando de palavras do inglês, quando há termos portugueses correspondentes plenamente satisfatórios, caso de: dead line, deletar, push, sale, fitness, parking, startar, plugar, personal bank e muitíssimos outros. Assim como causa perplexidade encontrar em revistas especializadas brasileiras, de circulação essencialmente nacional, trabalhos escritos por brasileiros, em inglês; ou saber que ministérios em Brasília organizam seminários com empresários, cientistas e políticos brasileiros, para discutir problemas nacionais, cuja língua “oficial” é o inglês, atitude de afetação de cultura e cosmopolitismo, de ostentação de modernidade, tão descabidas e provincianas, de gosto tão duvidoso quanto a proliferação de nomes de lojas e produtos que, quando não estão escritos em língua estrangeira (não só em inglês), macaqueiam a grafia estrangeira com o uso das letras k, w e y ou duplas consoantes e vogais, ou, ainda, o uso do genitivo saxônico.

Na verdade, essas atitudes refletem uma adoção acrítica de elementos culturais estrangeiros, de que as palavras são apenas a face mais visível. Nós, brasileiros urbanos, estamos nos afastando do nosso modo de vestir, de comer, de nos divertir, em suma, mudando nosso estilo de vida em favor de hábitos americanos. Um exemplo patente é que algumas de nossas escolas primárias têm deixado de festejar o São João, mas já festejam regularmente o Halloween. Deveríamos, é certo, valorizar nossas raízes, fazê-las circular mais freqüentemente nos meios de comunicação, inclusive pela escolha do nosso vocabulário.

Quanto ao Projeto de Lei, há nele aspectos muitos positivos que devem ser considerados: se o uso do português for obrigatório na “produção e consumo de bens, produtos e serviços” (Art. 3º., inciso VII) garantir-se-á, por exemplo, que o rótulo de produtos (sobretudo informações sobre sua composição), manuais de instrução, placas de orientação, avisos públicos, coisas assim, tenham que ser escritas em português, em respeito aos cidadãos brasileiros (os alfabetizados...) que, muitas vezes, por residirem em cidades do interior, por serem mais idosos, menos escolarizados, menos afetados no seu cotidiano pela globalização, ressentem-se de não conseguir ler ou entender por telefone, coisas corriqueiras, como endereços de clínicas médicas ou escritórios, por causa dos nomes estrangeiros dados a edifícios, por exemplo.

É bom termos em mente que a língua portuguesa, apesar de ser uma das mais faladas como língua materna, com um número superior a 200 milhões de falantes, tem mínima penetração como língua de comunicação, no mundo. O uso do português em organismos internacionais, em publicações científicas e culturais é praticamente nulo. O professor Dr. Ivo Castro, lingüista português, chamou a atenção em conferência pronunciada em Évora, em maio de 2000, para o fato de que um banco de dados sobre línguas do mundo, existente na Universidade da Califórnia, agrupa exemplos de 335 línguas e nele não figura o português. Parece que só a música popular brasileira tem sido nossa embaixadora lingüística no mundo mas, nem nessa seara, devemos nos iludir muito: todos sabemos o que significa a inclusão da nossa música pelos americanos na categoria world music.

De qualquer modo, ao invés de temerária tentativa de regulação legal, resultaria mais eficiente aos fins pretendidos pelo projeto de lei a deflagração de uma campanha nacional de conscientização dos exageros, sem xenofobia e difundida pelos meios de comunicação, desde que não se restringisse a variedades supostamente mais ‘puras’ ou mais ‘certas’, mas de generosa abrangência, para a divulgação e valorização da bela e riquíssima diversidade regional, histórica, etária e social do português.

NOTAS

1 Duarte, Dom. Leal Conselheiro, apud Castro, Ivo. Curso de História da Língua Portuguesa.

Lisboa: Universidade Aberta, 1991, p. 256.

2 Barros, João de. Diálogo em louvor da nossa linguagem. Ed. crítica de Maria Leonor Buescu. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971 p. 405.

3 Id. Ibidem. p. 405.

4 Apud Pinto, Edith Pimentel. O Português no Brasil: textos críticos e teóricos - 1. São Paulo: EDUSP, 1978, p. 480.

5 Id. Ibidem.

6 Alencar, José de. O Nosso Cancioneiro - Cartas ao Sr. Joaquim Serra, apud Cardoso, W. e Cunha. Português através de textos. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1970, p. 229.

7 Andrade, Mário de. Brasileirismo (Apud Pinto, E. P., op. cit - 2, p. 147).

- ***Sônia Bastos Borba Costa é Doutora em Língua Portuguesa pela Ufba, professora de língua portuguesa do Instituto de Letras da Ufba, pesquisadora do grupo Prohpor/UFBA e autora da obra O Aspecto no Português, publicada pela Editora Contexto, SP, 1990.***

Artigo extraído de A TARDE on line no endereço

http://www.atarde.com.br/materia.php3?mes=06&ano=2001&id_materia=3138

Publicado no Caderno Cultural, em julho de 2001.